

## **Projeto integrador no IFRN: uma análise da política de currículo à luz do projeto político-pedagógico**

### **Integrator project in the IFRN: an analysis of curriculum policy in the light of political-pedagogical project**

**Francisco das Chagas Silva Souza**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
chagas.souza@ifrn.edu.br

**Luiz Antonio da Silva dos Santos**

Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte  
luizantonioantos@hotmail.com

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo compreender os textos políticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), presentes em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a partir do referencial teórico-analítico formulado por Stephen Ball e colaboradores, e dos princípios de interdisciplinaridade tratados nos textos que discursam sobre a política de integração curricular por meio do Projeto Integrador. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e consolidada por meio de análise documental. A análise do PPP do IFRN evidenciou o cuidado e a preocupação dessa instituição em realizar um processo formativo que respeita a unidade do conhecimento, a organização dos saberes e sua materialização nas práticas integradoras. Entretanto, a análise de conteúdo dos dados presentes no Projeto Político-Pedagógico do IFRN apresenta textos com sentidos híbridos, pois afirma que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos de forma disciplinar ou interdisciplinar. Assim, o discurso divergente adotado no PPP, mostra que ele, como qualquer outro documento, é alvo de interesses, disputas e negociações das comunidades disciplinares. Os sentidos híbridos encontrados expressam essa possível negociação, distanciando-se do que se entende como caráter integrador da proposta.

**Palavras-chave:** Projeto Político-Pedagógico. Práticas Integradoras. Currículo.

### **Abstract**

This work aims at understanding the policy texts within the Pedagogical-Political-Project (PPP) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN). The study is based upon the theoretical-analytical basis by Stephen Ball and collaborators. In Addition, this research used the principles of interdisciplinarity discussing the policies of curricular integration in the PPP. It is a qualitative and bibliographical study. It is consolidated through document analysis. The analysis of the PPP documents points out the concern from IFRN towards a formative process that respects the unity and organization of the knowledge and its materialization on integrative practices. However, the analysis of the contents of the documents shows hybrid-sense texts. It states that integrative projects can be developed through disciplinary or interdisciplinarity

ways. Thus, this divergent discourse used in the PPP, shows that, as itself, any official policy documents are targets for interests, contention and negotiation of disciplinary communities. The hybrid senses found express this possible negotiation. It furthers itself from its very integrative character proposed.

**Keywords:** Pedagogical-Political-Project. Integrative Practices. Curriculum.

## Notas introdutórias

Inicialmente, destacamos a relevância institucional do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento-chave para investigarmos as intencionalidades educativas de qualquer instituição escolar. Salientando a singularidade e o peso institucional do PPP, Libâneo, Oliveira e Toschi (2013) defendem que esse documento se apresenta como resultante do processo de planejar as finalidades educativas e tem recebido várias nomenclaturas na literatura educacional, a saber: projeto político-pedagógico; projeto pedagógico-curricular; projeto pedagógico; projeto educativo; projeto da escola; plano escolar e plano curricular.

Face à importância do PPP, buscamos compreender a ideia de Projeto Integrador como parte dos textos políticos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), presentes em seu PPP, cuja elaboração se deu com a participação do coletivo escolar dessa instituição, conforme está explicitado nesse documento: “[...] realizamos planejamentos, estudos, reuniões, seminários, fóruns, mesas-redondas, palestras... Recorremos aos encontros presenciais e semipresenciais” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p.13)

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, alicerçada no referencial teórico-analítico formulado pelo sociólogo inglês, Stephen Ball (2001, 2009) e em uma análise documental, a partir do PPP do IFRN, no qual estão expressos os princípios de interdisciplinaridade tratados nos textos que discursam sobre a política de integração curricular da instituição.

A princípio, de forma breve, apresentamos os elementos constitutivos do referencial teórico de Ball (ano), por meio dos quais buscamos compreender algumas ambivalências presentes no texto oficial do PPP do IFRN, discutidas, em seguida.

## O Projeto Integrador no texto do PPP do IFRN

Conforme já foi explicitado, na nossa análise acerca da concepção de Projetos Integradores, expressa no texto do PPP do IFRN, optamos pelo referencial teórico-analítico formulado por Ball (2001, 2009), Ball, Maguire e Braun (2016), Lopes (2005) e Mainardes (2006), o que nos impõe a necessidade de apresentar alguns elementos essenciais desse referencial, ainda que de forma breve.

Buscando operar com a ideia de política em um sentido amplo, ressaltamos que Ball, Maguire e Braun (2016) concebem como políticas textos, “coisas” e processos discursivos que são complexamente configurados, contextualmente mediados e institucionalmente prestados. Esses autores defendem uma compreensão ampliada do termo “político” por compreenderem que o seu caráter não se limita aos textos prescritivos, mas também às práticas discursivas.

Ball (2001) assinala que as políticas curriculares devem ser compreendidas como produto de um nexo de influências e interdependências que resultam numa “interconexão, multiplexidade e hibridização”, ou seja, na “combinação de lógicas globais, distantes e locais”, correspondendo a uma permanente tensão entre o local e o global (BALL, 2001, p. 102). Assim, a política deixa de ser pensada como um processo de verticalização e passa a ser concebida como uma “gramática” cujas normas estão sujeitas aos contextos de sua aplicação.

Para o autor supracitado, há uma atuação de políticas, pois estas são interpretadas e traduzidas pelos vários sujeitos, presentes no ambiente escolar, ao invés de simplesmente implementadas. A noção de atuação é incorporada a de ciclo de políticas, expresso por Ball, Maguire e Braun (2016). Para os autores, há um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, no qual as decisões e os diversos discursos políticos são iniciados e/ou construídos; o contexto da produção de texto, em que estes, com as definições políticas, são elaborados; e o contexto da prática, no qual as definições curriculares são recriadas e reinterpretadas. Esses contextos estão interligados, não têm um caráter temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada contexto apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas de sentidos.

Em um artigo publicado por Mainardes (2006), encontramos os conceitos centrais da abordagem do ciclo de políticas, o debate acerca dessa abordagem, além de uma reflexão sobre suas possibilidades para a análise de políticas educacionais brasileiras. O autor argumenta que a abordagem do ciclo de políticas é um referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais ao permitir uma análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

Ball, Maguire e Braun (2016) utilizam o termo *Enactment* para explicar a política como processo, o que é esclarecido por Ball (2009, p. 305) em uma entrevista concedida a Mainardes e Marcondes:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. É quase como uma peça teatral. Temos as palavras do texto da peça, mas a realidade

---

da peça apenas toma vida quando alguém as representa. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim.

Em consonância com essa perspectiva, verificamos que o conceito de *enactment*

[...] é de difícil tradução. Originalmente, essa palavra tem sido usada no contexto legal para descrever o processo de aprovação de leis e de decretos. Neste livro, os autores a utilizam no sentido teatral, referindo-se à noção de que o ator possui um texto que pode ser apresentado/representado de diferentes formas. O texto, no entanto, é apenas uma pequena parte (porém, uma parte importante) da produção. Os autores usam esse termo para indicar que as políticas são interpretadas e materializadas de diferentes e variadas formas. Os atores envolvidos (no caso, os professores) têm o controle do processo e não são “meros implementadores” das políticas. Para a Língua Portuguesa, ‘policy enactment’ pode ser entendido como as políticas são encenadas, colocadas em ação. É importante destacar que Stephen J. Ball rejeita a noção de que as políticas são implementadas. Elas estão sujeitas a processos de tradução e de interpretação no contexto da prática. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 12)

Assim, assinalamos que os documentos oficiais carregam uma visão de uma escola ideal, proposta pelas políticas, e não consideram as análises da política no contexto situado, no aspecto material, estrutural e no relacional, que estão sobrepostos e interconectados, quando a política é colocada em ação em cada escola.

No que concerne à atuação, a política não é constituída em um ponto no tempo. É sempre um processo de tornar-se, reconfigurando-se de fora para dentro e dentro para fora. É analisada e repensada, bem como, por vezes, destacada ou preterida. Portanto, para Ball (2009, p. 305), não há uma implementação das políticas, conforme afirma em uma entrevista: “Quero rejeitar completamente a ideia de que as políticas são implementadas. Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta”. Essa não linearidade das políticas é expressa pelo autor da seguinte forma:

Podemos refletir a respeito das políticas em termos de espaços e em termos de tempo, de trajetórias políticas, movimentos de políticas através do tempo e de uma variedade de espaços. Uma política tem uma trajetória semelhante à de um foguete: decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece. As políticas desaparecem no decorrer do tempo ou, algumas vezes, leva muito tempo para elas se tornarem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas. É necessário pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo, bem como do espaço (BALL, 2009, p. 307).

Entendemos que a reflexão fundamentada em tal abordagem é bastante útil no contexto de atuação produzidos no IFRN, uma vez que o campo de pesquisa sobre Projetos Integradores, nesse Instituto, é relativamente novo e ainda não se efetivou em termos de referenciais analíticos consistentes. Assim, de acordo

com este modelo interpretativo, depreendemos que a elaboração dos documentos oficiais, nessa instituição, não fugiu dessas características, pois confirma a premissa teórica de que são documentos políticos, que se apresentam como processos e também como produtos de embates e conflitos de interesses das comunidades disciplinares e daqueles que também possuem poder de decisão relacionado à questão curricular e que estavam envolvidos em sua produção.

Conforme já anunciamos, para compreendermos o Projeto Integrador no IFRN, tomamos como base o PPP dessa instituição. A escolha desse documento deve-se, em primeiro lugar, ao fato de reconhecermos o PPP como principal instrumento de gestão que uma escola pode utilizar para guiar a sua prática educativa. Na visão de Veiga (1995, p. 22), “o projeto político-pedagógico é entendido [...] como a própria organização do trabalho pedagógico da escola [...]”.

Dessa maneira, concebemos a prática educativa como uma intenção política em si, uma vez que busca a formação humana global para uma determinada sociedade, isto é, refere-se a ações educativas intencionais, ratificando assim o pensamento de Vasconcellos (2013, p. 19), ao defender a permanência do termo político ao projeto:

[...] consideramos importante manter o político para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esquecermos dos coeficientes de poder presentes nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade como um todo. Da mesma forma, para não perdermos de vista que a algum interesse político nós sempre servimos, que não há neutralidade, se não temos um projeto explícito e assumido, com certeza estamos seguindo o projeto de alguém (que talvez até faça questão de não se manifestar para poder dominar com eficiência) [...].

Convém destacarmos que o PPP assume um caráter singular na definição e na orientação para todas as ações educativas que a escola pretende efetivar, numa dupla dimensão: política e pedagógica.

Além da perspectiva política que deve ter um PPP, no que diz respeito ao do IFRN, este salienta o caráter coletivo da sua elaboração já no seu título “PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO IFRN: uma construção coletiva” e na sua introdução:

Foram muitos os artífices deste Projeto. Contamos, desde os primórdios do processo, com o apoio da Equipe Técnico-Pedagógica, que, em todos os câmpus (*sic*) da Instituição, definiu as diretrizes e assessorou as discussões, garantindo o trabalho sistêmico da comissão central, coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino. Contamos, também, com o apoio dos gestores e dos dirigentes do IFRN, em especial dos Diretores Acadêmicos, dos Coordenadores de Cursos e dos Coordenadores de Núcleos Centrais Estruturantes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p.13).

Na análise empreendida do PPP, verificamos que o discurso pedagógico oficial destaca a opção pedagógica por Projetos Integradores como princípio basilar do currículo da instituição. Segundo esse documento: “Defende-se, neste PPP, a opção por Projetos Integradores, uma vez que valorizam a pesquisa tanto individual quanto coletiva, promovem aprendizagem significativa e viabilizam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 76).

O foco central na constituição do Projeto Integrador é a busca da relação dos saberes científicos com questões sociais mais amplas e a tentativa de efetivar uma prática educativa que considere a integração do pensamento, a unidade do conhecimento e a articulação da aprendizagem global.

As assertivas realizadas no discurso pedagógico do IFRN defendem que esses projetos são capazes de promover a pesquisa e viabilizar a consolidação de propostas educativas que respeitem a unidade do conhecimento por meio de metodologias mais globalizadoras e significativas. O PPP destaca que os Projetos Integradores devem ser desenvolvidos nos cursos superiores de graduação tecnológica e nas licenciaturas. “De caráter interdisciplinar, esses projetos configuram-se como uma das possibilidades para estabelecer elos teórico-metodológicos nas práticas pedagógicas conduzidas para o ensino, a pesquisa e a extensão do IFRN” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 253).

Portanto, o documento determina que os Projetos Integradores são componentes curriculares obrigatórios, presentes nos Projetos Pedagógicos do Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores. Assim, tem embasamento legal e suporte institucional, devendo atingir uma formação que dê conta da articulação e aplicação entre os conhecimentos estudados nas diferentes disciplinas, sejam elas de formação geral ou profissional.

Nessa linha, Henrique e Nascimento (2015, p.7) afirmam que “o Projeto Integrador é um tipo de prática integradora que visa superar tanto as dicotomias existentes entre teoria e empiria como a fragmentação historicamente construída entre as disciplinas e campos do conhecimento”.

Diante disso, podemos afirmar que o discurso oficial do IFRN valoriza o que há de novo nessa proposta curricular, sempre interrelacionando seus princípios com as novas demandas socioculturais e políticas para a formação de um sujeito que possa transformar seu lugar no mundo.

As atividades pedagógicas intencionadas nos Projetos Integradores estão alinhadas às perspectivas teóricas da formação omnilateral e politécnica, que visam articular a formação geral sólida e a formação técnico-profissional densa, objetivando, segundo o PPP do IFRN (2012, p. 81):

[...] possibilitar a participação ativa na sala de aula, promover a integração dos conhecimentos e favorecer a aquisição de hábitos e atitudes. Assim, beneficia-se a aprendizagem dos alunos, tanto de

conteúdos conceituais quanto de conteúdos procedimentais e atitudinais. Essa estratégia metodológica exige a participação ativa de alunos e de educadores e estabelece o trabalho em equipe, definindo tarefas e metas em torno de objetivos comuns a serem atingidos.

Nessa parte do documento, os conceitos de participação ativa, integração dos conhecimentos e estratégia metodológica são utilizados como justificativas para a consolidação do Projeto Integrador como proposta eficaz no enfoque globalizador do conhecimento.

Mesmo não tendo como pretensão fazermos uma exaustiva análise teórica do discurso pedagógico oficial, percebemos que o documento, no que se refere às bases do Projeto Integrador, demonstra vinculação com as metodologias ativas, derivadas dos projetos de trabalho. Na literatura relacionada a essa metodologia, encontramos, como espinha dorsal de suas argumentações, a proposição de que os estudantes não devem receber o conhecimento de forma passiva, mas, ao contrário, eles devem participar de sua produção.

Com isso, o IFRN busca um novo olhar acerca da sala de aula, e defende a formação integral do aluno. Para que isso ocorra, a instituição entende ser fundamental a abordagem didática por meio da proposição de Projetos Integradores, buscando favorecer o pensamento reflexivo, a inovação e, por decorrência, o diálogo permanente entre os saberes do educando, os saberes das disciplinas e os saberes dos educadores.

Em suma, há três interpretações para o contexto no discurso pedagógico oficial do PPP do IFRN, no que se refere aos Projetos Integradores: a) articulação interdisciplinar por projetos de trabalho; b) formação profissional; c) aprendizagem ativa. Neste último, a ênfase é direcionada às aprendizagens globalizadoras, nas quais o trabalho assume centralidade, ficando os dois primeiros contextos subordinados a este.

Entretanto, em meio ao avanço que tem a proposta dos Projetos Integradores no que tange à produção coletiva de conhecimentos no espaço escolar, no PPP do IFRN encontramos que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos:

*De forma disciplinar ou interdisciplinar e devem agregar, em suas ações, atividades de natureza inovadora, dinâmica, criativa e desafiadora. Entretanto, essa implementação depende, em grande parte, das condições de efetivação das práticas pedagógicas institucionais planejadas para esse fim. Podem-se citar, como exemplos dessas condições, a consonância entre objetivos propostos, a organização dos processos pedagógicos, a disponibilidade de recursos e de materiais didáticos para assegurar os desdobramentos das ações planejadas, a postura docente e a adesão dos educadores. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 8, grifo nosso)*

Baseado no exposto, chamamos a atenção para o fato de que os elaboradores do texto oficial desse documento afirmam que os Projetos Integradores podem ser desenvolvidos “*de forma disciplinar ou interdisciplinar*” (grifo nosso). Tal concepção, indubitavelmente, apresenta um discurso divergente que não

compartilha dos mesmos fundamentos interdisciplinares defendidos pela instituição em outras seções, suscitando assim muitos questionamentos teóricos.

Como seria possível algo que é intrinsecamente interdisciplinar ser realizado de forma disciplinar? Em vista disso, e pelo fato de oferecer problemas de compreensão, o uso do termo “disciplinar”, quanto ao modo de realizar o Projeto Integrador, necessita de maiores esclarecimentos. Buscando compreender essas contradições, concordamos, com Ball (2016) ao defender que os autores das políticas curriculares não podem controlar todos os sentidos presentes em seus textos/discursos, pois esses sempre são lidos de modos diferentes em cenários diferentes.

Com base nisso, observamos que a ambivalência discursiva adotada pelo documento é fundamental para analisarmos como se dão os conflitos de interesses, as negociações e as lutas em torno das diretrizes político-pedagógicas tomadas pelos produtores do texto/discurso. Merece ressaltar a forma como foi elaborado o PPP, presente no texto introdutório desse documento: “[...] um jogo dialógico sistematizador das mais diversas contribuições, advindas do conglomerado das vozes institucionais, tomaram forma elaborações e reelaborações”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p.13)

Em relação a essa ambivalência discursiva, os fundamentos teórico-metodológicos da integração curricular e, sobretudo, da interdisciplinaridade, permite-nos constatar que as permanências são mais comuns do que as mudanças, embora, o discurso do novo seja sempre evocado.

Como é sabido, a conjunção “ou” carrega necessariamente a ideia de alternância e exclusão (BECHARA, 2009). Operando nessa lógica, a orientação presente no texto oficial do PPP do IFRN, embora sugira uma previsão de flexibilidade no modo de fazer o projeto, explicita uma contradição, pois aponta uma possibilidade de realização de um Projeto Integrador num formato que não seja necessariamente interdisciplinar e dialógico com os componentes curriculares e as áreas de ensino. Tal perspectiva favorece a compreensão equivocada de que o Projeto Integrador, mesmo quando sofre a perda e a deformação do caráter interdisciplinar, deslocando-se para um fazer disciplinar, possa ser concebido ou ainda qualificado como algo que integre os componentes/áreas/conteúdos curriculares.

Suponhamos que se queira remeter à possibilidade de uma disciplina criar as condições de integrar seus saberes internos, e, assim, elaborar um produto resultante dos conhecimentos próprios desse componente curricular. Para Japiassu (1976), o emprego desse modelo não é suficiente para qualificar-se como um empreendimento interdisciplinar.

Contribuindo para o entendimento dessa questão, destacamos algumas características de um Projeto Integrador, a saber: 1) Necessita dialogar componentes curriculares; 2) Criar condições efetivas de intercâmbio entre professores e alunos; e 3) Apresentar contribuições de diferentes disciplinas

para a busca de solução do problema de pesquisa. Baseado nisso, parece totalmente inadequado o uso do termo “disciplinar”, pois, além de contradizer e ferir o princípio da integração curricular, gera confusão e, certamente, mostra-se como um equívoco pedagógico.

Japiassu (1976, p.74) considera que “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Para o autor, o atributo central da interdisciplinaridade encontra-se no fato desta incorporar os conhecimentos de várias disciplinas, transcendendo, desse modo, as fronteiras disciplinares. O autor ainda esclarece que

[...] o verdadeiro espírito interdisciplinar consiste nessa atitude de vigilância epistemológica capaz de levar cada especialista a abrir-se às outras especialidades diferentes da sua, a estar atento a tudo o que nas outras disciplinas possa trazer um enriquecimento ao seu domínio de investigação e a tudo o que, em sua especialidade, poderá desembocar em novos problemas e, por conseguinte, em outras disciplinas (JAPIASSU, 1976, p.138).

Quando utilizamos o termo interdisciplinar, Fazenda (2003) nos adverte para aspectos de intencionalidade e consciência:

Apesar de não possuir definição estanque, a interdisciplinaridade precisa ser compreendida para não haver desvio na sua prática. A ideia é norteada por eixos básicos como: a intenção, a humildade, a totalidade, o respeito pelo outro etc. O que caracteriza uma prática interdisciplinar é o sentimento intencional que ela carrega. Não há interdisciplinaridade se não há intenção consciente, clara e objetiva por parte daqueles que a praticam. Não havendo intenção de um projeto, podemos dialogar, inter-relacionar, e integrar sem, no entanto, estar trabalhando interdisciplinarmente. A apreensão da atitude interdisciplinar garante, para aqueles que a praticam, um grau elevado de maturidade. Isso ocorre devido ao exercício de uma certa forma de encarar e pensar os acontecimentos. Aprende-se com a interdisciplinaridade que um fato ou solução nunca é isolado, mas sim consequência de muitos outros. (FAZENDA, 2003, p. 64)

Dessa forma, um projeto ou qualquer experiência interdisciplinar deve estar imbuído da intenção consciente de romper, superar e demolir seus falsos muros. Por conseguinte, ressaltamos que a perspectiva interdisciplinar não anula a importância da disciplinaridade do conhecimento, pois, para que haja interdisciplinaridade, “é preciso que haja disciplinas. As propostas interdisciplinares surgem e desenvolvem-se apoiando-se nas disciplinas; a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas [...]” (SANTOMÉ, 1998, p.61).

O texto do PPP do IFRN revela que o Projeto Integrador foi elaborado por meio de uma série de negociações entre as comunidades disciplinares e gestores, que incorporaram sentidos, disputas e conflitos teóricos presentes na instituição. A ambivalência de sentidos, na forma de realizar o Projeto Integrador expressa essas negociações, distanciando-se do que se entende como caráter integrador da proposta.

Para entendermos melhor essa questão, amparamo-nos em Bhabha (2001), o qual defende que a formação do híbrido, que caracteriza os processos de negociação, é necessária ao exercício da autoridade e, conseqüentemente, coloca em crise o reconhecimento de tal autoridade, ao desenvolver aleatórios e imprevisíveis sentidos e significados, bem como desvios ambivalentes. Conforme Lopes (2005), a referida negociação apresenta-se como um jogo em que as relações de poder configuram-se assimétricas, pois, as instâncias envolvidas nesse jogo possuem distintas posições de legitimidade.

O caráter ambíguo e contraditório, como argumenta Ball, Maguire e Braun (2016), de textos/discursos/práticas são, assim, resultados de negociações e disputas de sentido. Nessa perspectiva, simultaneamente, é efetivada a defesa do respeito as particularidades locais, sendo esse o espaço de flexibilidade previsto no documento oficial para possíveis adequações às diferenças que surjam e, conseqüentemente, para a perpetuação de uma cultura hegemônica da lógica disciplinar na educação.

Destacamos que a ambivalência teórica presente no PPP do IFRN, no que diz respeito aos Projetos Integradores, pode gerar problemas pedagógicos na atuação do projeto. Intercruzando essa ambivalência com o texto que narra o objetivo central de aprendizagem do Projeto Integrador, verificamos como essa contradição se acentua.

As atividades desenvolvidas nos projetos integradores precisam dialogar com temáticas, com conteúdos e com situações reais abordados pelas áreas da formação geral e da formação técnico-profissional. Devem, ainda, possibilitar a participação ativa na sala de aula, promover a integração dos conhecimentos e favorecer a aquisição de hábitos e atitudes. Assim, beneficia-se a aprendizagem dos alunos, tanto de conteúdos conceituais quanto de conteúdos procedimentais e atitudinais (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 2012, p. 88).

A partir desses parâmetros, entre os objetivos do IFRN, encontramos: assumir o Projeto Integrador como um dos compromissos institucionais e elaborá-lo como via para a solução de problemáticas reais; respeitar o enfoque globalizador na sua constituição; dialogar componentes curriculares; respeitar a indissociabilidade de pesquisa, ensino e extensão; estimular a pesquisa como princípio pedagógico; aproximar estudantes do mundo do trabalho e promover a inovação tecnológica.

Enfim, em um contexto educacional marcado por dificuldades em promover práticas interdisciplinares e mudanças em sala de aula, como o que estamos vivendo, os problemas levantados anteriormente no PPP do IFRN passam a exigir uma reflexão mais cuidadosa por parte das comunidades responsáveis pela elaboração dos documentos institucionais, haja vista que podem gerar dubiedades e assim impedir ou dificultar práticas inovadoras.

## Considerações finais

Este estudo destaca a importância do PPP como documento orientador para os trabalhos pedagógicos do IFRN, pois define diretrizes, explicita intencionalidades e marca finalidades educativas. Nesse aspecto, analisamos o Projeto Integrador por defendermos que os conhecimentos interdisciplinares são essenciais para a formação de cidadãos críticos que estão inseridos em um mundo social não compartimentado em áreas de saberes.

As reflexões levantadas no decorrer desse artigo suscitam questionamentos e até ambivalências de sentidos quanto ao modo de realizar o Projeto Integrador. Um exemplo disso é a criação de uma pseudo possibilidade, presente nesse documento, do projeto integrador ser desenvolvido de forma disciplinar ou interdisciplinar, mesmo que esse documento em sua globalidade manifeste a intenção clara de desenvolver uma proposta integradora. Os achados evidenciam que há na elaboração desses documentos, interesses e crenças diversos, fazendo com que a concepção do Projeto Integrador, definido no contexto de influência, seja compreendido diferentemente pelos sujeitos no momento da representação da política nos textos. Assim, tal proposta é alterada de acordo com diferentes eventos e circunstâncias.

Concluimos, ancorados na abordagem de Ball (2016), que as atuações são imbricadas por diferentes leituras e propensas a gerar conflitos, isto é, existe um espaço substancial em que os agentes podem agir por interesse próprio e trabalham em direção à mudança discursiva, de maneira que privilegiam seus interesses e objetivos.

## Referências

- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf> Acesso em: 5 out. 2019.
- BALL, S. J. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. **Educação e Sociedade**, v. 30, n.106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a15.pdf> Acesso em: 5 out. 2019.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FAZENDA, I. C.A. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.
- HENRIQUE, A. L. S; NASCIMENTO, J. M. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **Holos**, Natal, v. 4, ano 31, p. 63-73, jul. 2015. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188/1127> acesso em: 5 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva – documento-base. Natal: Editora IFRN, 2012.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e a patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, A. C. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**. v. 5, n. 2, p. 50-64, jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/lopes.pdf> Acesso em: 5 out. 2019.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf> Acesso em: 5 out. 2019.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2013.

VEIGA, I. P. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

Submetido em 27/05/2019.  
Aceito em 16/10/2019.

